



GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO Nº 6370

Declara Situação de Emergência nas áreas dos Municípios de Campo Largo, Campo Magro, Lapa, Nova Tebas, Rio Negro, São João do Triunfo, São José das Palmeiras, em decorrência da situação climatológica de ESTIAGEM, COBRADE - 1.4.1.1.0 (Codificação Brasileira de Desastres)

O GOVERNADOR DO ESTADO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais conferidas pelos incisos V e VI do artigo 87 da Constituição Estadual, inciso VII do artigo 7º da Lei Federal no 12.608, de 10 de abril de 2012, e § 1º do art. 1º da Instrução Normativa 02/2016 de 20 de dezembro de 2016, tendo em vista o contido no protocolo sob nº 17.154.780-6 e ainda, considerando:

Que a intensa estiagem no Estado acarreta a maior escassez hídrica nos últimos 50 anos;

Que em decorrência do desastre foram ocasionados danos humanos, ambientais e consequentes prejuízos econômicos públicos e privados de grande vulto impactando diretamente a população que reside nestas áreas;

Que o parecer da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, relatando a ocorrência desse desastre é favorável à declaração de Situação de Emergência,

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada Situação de Emergência nas áreas dos municípios de Campo Largo, Campo Magro, Lapa, Nova Tebas, Rio Negro, São João do Triunfo e São José das Palmeiras, conforme informações contidas nos respectivos Formulários de Informações do Desastre – FIDE e demais documentos anexos a este Decreto, em virtude do desastre classificado e codificado como ESTIAGEM - Cobrade 1.4.1.1.0.

Publicado no Diário Oficial
Nº 10824 de 08 DEZ 2020
Republicado no Diário Oficial
Nº _____ de ____/____/20____

GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ

DECRETO N.º

Art. 2º Autoriza a mobilização de todos os órgãos estaduais para atuarem, sob a coordenação da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil, nas ações de resposta ao desastre, reabilitação do cenário e reconstrução.

Art. 3º Autoriza a convocação de voluntários para reforçar as ações de resposta ao desastre e realização de campanhas de arrecadação de recursos junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre, sob a coordenação da Coordenadoria Estadual da Defesa Civil.

Art. 4º Com base no inciso IV do art. 24 da Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, sem prejuízo das restrições da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000), ficam dispensados de licitação os contratos de aquisição de bens necessários às atividades de resposta ao desastre, de prestação de serviços e de obras relacionadas com a reabilitação dos cenários dos desastres, desde que possam ser concluídas no prazo máximo de cento e oitenta dias consecutivos e ininterruptos, contados a partir da caracterização do desastre, vedada a prorrogação dos contratos.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação devendo vigorar pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Curitiba, em **08 DEZ.** de 2020, 199º da Independência e 132º da República.

CARLOS MASSA RATINHO JUNIOR
Governador do Estado

GUTO SILVA
Chefe da Casa Civil

FERNANDO RAIMUNDO SCHÜNIG
Coordenador Estadual da Defesa Civil



Documento: **6370.pdf**.

Assinado digitalmente por: **Carlos Massa Ratinho Junior** em 08/12/2020 16:47.

Inserido ao protocolo **17.154.780-6** por: **Aurelio Augusto Vincent Fontana** em: 08/12/2020 12:18.



Documento assinado nos termos do art. 18 do Decreto Estadual 5389/2016.

A autenticidade deste documento pode ser validada no endereço:
<https://www.eprotocolo.pr.gov.br/spiweb/validarAssinatura> com o código:
124255674e8e017d47be2e0c3585415b.

PORTARIA Nº 3.224, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020

Reconhece situação de emergência em municípios do Estado do Paraná/PR.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008, considerando o Decreto nº 6370, de 08 de dezembro de 2020, do Governo do Estado do Paraná/PR, e as demais informações constantes no processo nº 59051.010382/2020-89, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de ESTIAGEM, COBRADE: 1.4.1.1.0, a situação de emergência nos municípios relacionados abaixo.

Nº	MUNICÍPIOS
1	Campo Largo
2	Campo Magro
3	Lapa
4	Nova Tebas
5	Rio Negro
6	São João do Triunfo
7	São José das Palmeiras

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE LUCAS ALVES

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO

RESOLUÇÃO Nº 58, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2020

Alterar o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 85, de 29 de outubro de 2018.

A DIRETORA-PRESIDENTE DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS E SANEAMENTO BÁSICO- ANA, no uso da atribuição que lhe confere o art.115, inciso III, da Resolução nº76, de 25 de setembro de 2019, que aprovou o Regimento Interno da ANA, torna público que a DIRETORIA COLEGIADA, em sua 812ª Reunião Deliberativa Ordinária, realizada em 21 de dezembro de 2020, considerando o disposto no art. 4º, da Lei nº 9.984, de 17 de julho de 2000, e no Decreto nº 5.995, de 19 de dezembro de 2006, e com base nos elementos constantes do Processo nº 02501.001218/2018-01, resolveu:

Art. 1º Alterar o parágrafo único do art. 2º da Resolução nº 85, de 29 de outubro de 2018, que dispõe sobre os Indicadores de Avaliação da Prestação do Serviço de Adução de Água Bruta, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Durante o período de dois anos após a assinatura de contrato de prestação de serviço de adução de água bruta do Projeto de Integração do Rio São Francisco com Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional - PISF e consequente início da operação comercial, a apuração dos indicadores elencados no art. 1º será realizada para fins de conhecimento do sistema e terá efeitos na primeira definição de tarifa para a prestação do serviço de adução de água bruta após esses dois anos."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor em 04 de janeiro de 2021.

CHRISTIANNE DIAS FERREIRA

SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIRETORIA COLEGIADA

RESOLUÇÃO Nº 412, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XIX e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando as disposições contidas na Resolução nº 025, de 07 de outubro de 2010 e de nº 20, de 11 de julho de 2013 da Sudam, e

Considerando, ainda, os fatos e fundamentos constantes no Processo nº 59004.002641/202063 e o contido no Despacho Simples GAB (SEI 0306624), resolve:

Art. 1º - Fixar, de acordo com o Anexo I desta Resolução, as metas de desempenho institucional da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, para o período entre 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2021, em consonância com o artigo 5º, § 9º do Decreto nº 7.133/2010.

Art. 2º - O resultado da avaliação de cumprimento das metas de desempenho institucional servirá para fins de cálculo do valor da Gratificação de Desempenho do Plano Geral de Cargos do Poder Executivo-GDGPGE e Gratificação de Desempenho de Atividades de Cargos Específicos-GDACE, paga aos servidores ocupantes de cargo efetivo que se encontrem nas situações descritas no artigo 1º, I do Decreto nº 7.133/2010.

Parágrafo único. O resultado das metas institucionais será apurado pelas Unidades de Avaliação da SUDAM, elencadas no Anexo II.

Art. 3º - Caberá à Assessoria de Gestão Institucional consolidar o demonstrativo de cumprimento das metas institucionais ao fim do ciclo de avaliação.

Art. 4º - Para efeito de pagamento das gratificações de que trata esta Resolução, a Assessoria de Gestão Institucional-AGI encaminhará à Coordenação de Gestão de Pessoas-CGP após o encerramento do ciclo avaliativo, o resultado da avaliação de desempenho institucional do período.

Art. 5º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ CARVALHO DE AZEVEDO CARIOCA
Superintendente
Substituto

ROGÉRIO MATOS DOS SANTOS
Diretor de Administração

ROGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos
e de Atração de Investimentos

ANEXO I

METAS GLOBAIS - AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL - EXERCÍCIO 2021

METAS GLOBAIS DE DESEMPENHO INSTITUCIONAL	PESO
Desenvolver ações que elevem os resultados institucionais da Sudam para a sociedade;	60
Aprimorar os processos internos;	20
Ampliar o aprendizado e crescimento do capital humano;	10
Modernizar a infraestrutura física e tecnológica;	10
SOMATÓRIO PESO	100

UNIDADES DE AVALIAÇÃO

- Gabinete
- Assessoria de Suporte Técnico aos Colegiados
- Coordenação de Prestação de Contas de Convênios
- Assessoria de Comunicação Social e Marketing Institucional
- Assessoria de Gestão Institucional
- Ouidoria
- Procuradoria Federal, vinculada à Procuradoria-Geral Federal
- Auditoria-Geral, vinculada à Diretoria Colegiada
- Diretoria de Administração
- Coordenação de Gestão de Tecnologia da Informação
- Coordenação de Licitações e Contratos
- Coordenação-Geral de Pessoal, Administração e Finanças
- Coordenação de Gestão Orçamentária e Financeira
- Coordenação de Gestão Administrativa
- Coordenação de Governança e Gestão de Pessoas
- Diretoria de Planejamento e Articulação de Políticas
- Coordenação de Planejamento e Programação Orçamentária
- Coordenação-Geral de Elaboração e Avaliação dos Planos de Desenvolvimento
- Coordenação-Geral de Elaboração de Programas e Projetos Especiais
- Coordenação-Geral de Convênios e Monitoramento
- Coordenação de Convênios e Monitoramento
- Coordenação-Geral de Inclusão Social e Desenvolvimento Sustentável
- Diretoria de Gestão de Fundos, de Incentivos e de Atração de Investimentos
- Coordenação-Geral de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
- Coordenação de Gestão e Análise de Fundos de Desenvolvimento e Financiamento
- Coordenação de Liberação e Controle de Financiamento
- Coordenação-Geral de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros
- Coordenação de Incentivos e Benefícios Fiscais e Financeiros
- Coordenação-Geral de Avaliação de Fundos e Incentivos Fiscais

RESOLUÇÃO Nº 436, DE 23 DE DEZEMBRO DE 2020

A DIRETORIA COLEGIADA DA SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA-SUDAM, considerando o disposto na Lei Complementar nº 124, de 03 de janeiro de 2007 e o disposto no art. 7º, do anexo I, do Decreto nº 8.275 de 27 de junho de 2014 e, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 6º, II e XVII e o Parágrafo Único do anexo I, do referido Decreto e o art. 10, II e XVII do Regimento Interno da Sudam, e

Considerando os fatos e fundamentos constantes no Processo nº 59004.002321/2019-70 e o contido no Despacho nº 108/2020-DGFAI (SEI 0306878), resolve:

Art. 1º - Aprovar o pleito de Reinvestimento de 30% do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), referente à Complementação de Equipamentos, apresentado pela empresa Usina Barraquão S/A, CNPJ 33.664.228/0001-35, localizada no Município de Barra do Bugres, Estado do Mato Grosso, com base no Parecer de Análise nº 450/2020-CIF/CGINF/DGFAI (SEI 0306525), reconhecendo-lhe o direito ao incentivo fiscal referente aos anos-calendários 2014, 2015, 2016 e 2017, no montante de R\$ 4.713.425,79 (quatro milhões, setecentos e treze mil, quatrocentos e vinte e cinco reais e setenta e nove centavos), em observância à legislação em vigor, especialmente, ao artigo 19, da Lei nº 8.167/91, à Medida Provisória nº 2.199-14/2001, ao Decreto nº 4.212/2002 e a Resolução nº 65/2017, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudam-CONDEL, que aprovou a consolidação do Regulamento dos Incentivos Fiscais Administrados pela Sudam.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ANDRÉ CARVALHO DE AZEVEDO CARIOCA
Superintendente
Substituto

ROGERIO MATOS DOS SANTOS
Diretor de Administração

ROGER ARAÚJO CASTRO
Diretor de Gestão de Fundos, de Incentivos
e de Atração de Investimentos

CONSELHO DELIBERATIVO

RESOLUÇÃO Nº 84, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

O CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDAM, de acordo com o art. 42, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 1, de 4 de setembro de 2008, deste Condel, alterado pela Resolução n. 13, de 13 de fevereiro de 2009, do referido Conselho e, em cumprimento às decisões ocorridas na 21ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de dezembro de 2020 por meio de video conferência, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 122/2020, que trata sobre o referendo do Ato n. 49/2020, relativo ao ajuste no Plano de Aplicação de Recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) do exercício de 2020, elaborado pelo Banco da Amazônia, com fundamento no Parecer n. 2/2020-CAF/CGFIN/DGFAI, de 14/4/2020, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Art. 2º A documentação técnica citada no art. 1º é parte integrante desta Resolução e será disponibilizada no site da Sudam, no endereço eletrônico: www.sudam.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO
Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional
Presidente do Conselho

RESOLUÇÃO Nº 85, DE 15 DE DEZEMBRO DE 2020

O CONSELHO DELIBERATIVO DA SUDAM, de acordo com o art. 42, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução n. 1, de 4 de setembro de 2008, deste Condel, alterado pela Resolução n. 13, de 13 de fevereiro de 2009, do referido Conselho e, em cumprimento às decisões ocorridas na 21ª Reunião Ordinária, realizada no dia 15 de dezembro de 2020 por meio de video conferência, resolve:

Art. 1º Promulgar a Proposição n. 123/2020, que trata sobre o referendo do Ato n. 50/2020, relativo ao estabelecimento das Diretrizes e Prioridades para aplicação dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO) para o exercício de 2021, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR), estabelecidas pela Portaria n. 2.175, de 13 de agosto de 2020, e com fundamento no Parecer Técnico n. 10/2020-CEP/CGEAP/DPLAN, de 14 de agosto de 2020, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam).

Art. 2º A documentação técnica citada no art. 1º é parte integrante desta Resolução e será disponibilizada no site da Sudam, no endereço eletrônico: www.sudam.gov.br.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO MARINHO
Ministro de Estado do Desenvolvimento Regional
Presidente do Conselho

